

PANORAMA DOS PROGRAMAS DE AÇÃO AFIRMATIVA PARA INSERÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NO ENSINO PÚBLICO SUPERIOR BRASILEIRO (2002-2007): estudos e grupos de pesquisa

Alessandro de Oliveira dos Santos^()*

RESUMO

Neste artigo são apresentados estudos e grupos de pesquisa sobre os Programas de Ação Afirmativa (PAA's) no ensino público superior brasileiro. Os estudos mostram que no período inicial de sua implantação, 2002 até 2007, os PAA's contribuíram: para o aumento do número de candidatos inscritos nos vestibulares pertencentes aos grupos alvo dos programas; para o aumento do número de matriculados desses grupos nos cursos de graduação; para a melhora no desempenho acadêmico e o fortalecimento da identidade étnico-racial dos alunos dos programas; e para a ampliação do interesse do corpo docente e discente das universidades pelo tema das relações étnico-raciais. A avaliação de políticas e programas de promoção da igualdade racial e a investigação da legislação brasileira que trata da discriminação e dos direitos de minorias foram, por sua vez, o foco de investigação dos grupos de pesquisa naquele período. Conclui-se que os PAA's e os grupos de pesquisa estabelecem uma relação de cooperação e complementaridade. Os programas estimulam a formação de grupos de pesquisa que, por sua vez, geram conhecimentos sobre os próprios programas e sobre as relações étnico-raciais e políticas de promoção da igualdade.

Palavras-chave: População Negra. Discriminação Racial. Ações Afirmativas. Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os movimentos sociais vêm pressionando o poder público e a sociedade brasileira em relação ao debate e encaminhamento de propostas mais efetivas de superação da discriminação e das desigualdades, assim como de valorização da diversidade. Tal pressão tem favorecido o reconhecimento de que um dos determinantes das desigualdades no país diz respeito às diferenças de origem étnico-racial e que a reprodução dessas desigualdades se mantém graças à existência de discriminação nas organizações públicas e privadas. Discriminação que tem se tornado cada vez mais evidente por meio de estudos e pesquisas qualitativas e quantitativas que apontam o desfavorecimento de determinados grupos de origem étnico-racial em relação aos outros. Cotidianamente as organizações têm favorecido em seus processos pessoas que têm a origem étnico-racial dos seus dirigentes, criando assim um monopólio de oportunidades. A ausência de tratamento formalmente igualitário a todos e a presença de discriminação contra determinados

^(*)Professor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Artigo elaborado a partir de levantamento de dados para a pesquisa "Inserção e permanência da população negra no ensino superior" realizada entre 2006 e 2009 com apoio da Unesco/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação e da Fundação Capes



grupos demanda do poder público medidas urgentes e ações específicas no sentido de promoção da igualdade.

A educação é um dos principais instrumentos de equalização das oportunidades e de combate às desigualdades. A formulação de políticas sociais que garantam o acesso de toda a população brasileira à educação de qualidade exige como diz Carneiro (2003): “que se focalize a inclusão da população negra no ensino superior como uma medida de correção de desvios históricos e não apenas como alternativa de política social”. (p. 17).

A população negra, que corresponde à soma de pretos e pardos na classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobrevive em condições piores que a população branca, independente dos indicadores adotados. Além de expressivas desigualdades no que diz respeito às oportunidades de emprego e renda e acesso aos bens e serviços públicos. Em relação à educação, os dados do IBGE referentes a ano de 2003, analisados por Theodoro e Jaccoud (2005) e Moehlecke (2004) não mostram uma realidade diferente: “Tomando-se o grupo de 15 a 17 anos, enquanto 60% dos alunos brancos nesta faixa cursavam o ensino médio, no caso dos alunos negros esse percentual correspondia a 32%” (p.107). “Apesar de representarem 45% dos brasileiros, somente 2% dos pretos e 12% dos pardos concluíram o ensino superior, em comparação com 83% dos brancos” (MOEHLECKE, 2004, p. 758). Esses dados não se devem apenas às condições sociais e econômicas dos alunos negros, mas também à forma como tem sido enfrentada a questão da desigualdade étnico-racial no ambiente escolar e nas universidades.

Faz necessário combater a discriminação e promover a igualdade com vistas a transformar os descendentes dos africanos no Brasil em cidadãos plenos. Cada vez mais, organizações públicas e privadas têm se colocado favoráveis à implantação de ações específicas voltadas para a inclusão social da população negra. Dentre estas organizações, podemos considerar a Universidade Pública como o espaço onde, nos últimos anos, têm acontecido as ações que têm gerado as maiores polêmicas e, ao mesmo tempo, o maior número de debates a respeito do tema. Isso porque, desde 2002 algumas destas universidades, sob pressão do movimento negro e subsidiadas nas reflexões deste último a respeito do tema, têm implantado programas de ação afirmativa voltados para a população negra e indígena, possibilitando aos mesmos uma maior oportunidade de acesso aos cursos de nível superior. Segundo Rosemberg (2006) as iniciativas em andamento são de cinco tipos: (a) os cursinhos pré-vestibulares; (b) o financiamento dos custos para o acesso aos cursos, como as taxas de inscrição para o vestibular e a aquisição de livros e apostilas; (c) os sistemas de



bonificação e de reserva de vagas no vestibular a partir dos critérios socioeconômico e étnico-racial; (d) a oferta de bolsas de estudo após o ingresso na graduação; (e) a criação de cursos específicos para estes segmentos, como, por exemplo, licenciatura para professores indígenas em universidades da região Norte.

Existem atualmente no Brasil mais de 24 instituições públicas de ensino superior com programas de ação afirmativa em andamento. São universidades federais e estaduais dos estados de Alagoas, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Pará, Amazonas, Tocantins, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo e do Distrito Federal. A maioria dos programas foi instituída no período entre 2002 e 2007 através de decisão dos conselhos superiores universitários ou de leis estaduais e têm como principal medida a reserva de vagas socioeconômicas (estudantes da rede pública) e étnico-raciais (estudantes negros e indígenas).

Desde 2002 o Ministério da Educação (MEC) também tem realizado iniciativas para promover a inserção e a permanência no ensino superior de estudantes da rede pública e estudantes negros e indígenas. Dentre essas iniciativas é importante destacar (MEC, 2009):

- O *Programa Diversidade na Universidade*, que apóia as instituições que promovem cursos pré-vestibulares voltados para estudantes negros e indígenas e oferece bolsas de estudo aos matriculados.
- O *Programa Universidade para Todos*, que oferece acesso, com gratuidade integral ou parcial, a vagas em instituições de ensino superior (particulares ou sem fins lucrativos/comunitárias) para os estudantes da rede pública. O programa também possui reserva de vagas para negros e indígenas.
- O *Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Públicas de Educação Superior* (Uniafro), voltado à formação ou consolidação de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Neab's) que tem como função organizar e difundir a produção do conhecimento sobre a temática étnico-racial e apoiar o acesso e permanência da população negra no ensino superior.
- A implementação do quesito cor/raça no processo de coleta de dados do Censo Escolar, no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), e no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico (Saeb), visando subsidiar, através de dados específicos, a elaboração de políticas educacionais inclusivas.



- O apoio à realização de estudos e pesquisas sobre diversidade étnico-racial nos sistemas de ensino fundamental, médio e superior.
- O projeto de Lei 3.627/04, que estabelece a reserva de vagas nas instituições federais de ensino superior para estudantes da rede pública e estudantes negros e indígenas.

Tais iniciativas, embora recentes, tem sido fundamentais para ampliar o acesso de jovens negros e indígenas ao ensino superior e para estimular a reflexão crítica sobre as desigualdades persistentes e os desafios da promoção da igualdade no Brasil.

Este artigo visa contribuir para o conhecimento dos programas de ação afirmativa no ensino público superior brasileiro. São apresentados em linhas gerais estudos e grupos de pesquisa sobre o tema. O levantamento de dados foi realizado por meio de consulta às publicações do MEC e ao banco de dados Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os estudos mostram o período inicial de implantação dos programas, 2002 até 2007, as definições, as estratégias, os resultados obtidos e as lições aprendidas. Os grupos de pesquisa, por sua vez, refletem o interesse das universidades e instituições de pesquisa até aquele período pela investigação dos temas população negra, discriminação racial e ações afirmativas. Alinhavados, os estudos e grupos de pesquisa oferecem um panorama dos programas de ação afirmativa para inserção da população negra no ensino público superior brasileiro entre 2002 e 2007.

Programas de Ação Afirmativa: definições e experiências

Os estudos de Moehlecke (2004), Theodoro e Jaccoud (2005), Silvério (2005), Sant'Anna (2006) e Rosemberg (2006) definem os programas de ação afirmativa como:

- Um conjunto de medidas especiais e temporárias para igualar o acesso de grupos discriminados às mesmas oportunidades de educação, saúde, emprego e renda oferecidas aos demais grupos sociais. Trata-se da ampliação da participação desses grupos em espaços da vida social nos quais ainda não estão presentes ou estão sub-representados, através da fixação de percentuais e metas de ampliação de sua representatividade em tais espaços.
- Uma ação estratégica para alterar o padrão hegemônico étnico-racial das organizações públicas e privadas de uma sociedade, tendo em vista que tais



programas incorporam a necessidade de diferenciar o tratamento, como forma de reequilibrar o acesso às oportunidades e combater as desigualdades persistentes.

Para Moehlecke (2004) os programas de ação afirmativa problematizam a noção neoliberal de mérito individual, ao propor uma reavaliação do princípio de igualdade de oportunidades e estimular a construção de identidades étnico-raciais. De fato, apenas uma reduzida parcela da população tem possibilidade de se inserir nos espaços da vida social a partir de seus próprios méritos. Os programas de ação afirmativa visam reequilibrar a balança de oportunidades para que o princípio do mérito possa vir a ser efetivamente tomado como critério de acesso às oportunidades. Mesmo que consideremos inviável oferecer ensino público superior para todos, é possível e justo criar ações que ampliem o acesso de todos os segmentos da sociedade brasileira à universidade pública, por meio de medidas como a pontuação extra e a reserva de vagas segundo critérios sócio-econômicos e étnico-raciais.

Para Theodoro e Jaccoud (2005) os programas de ação afirmativa devem ser implantados em sociedades em que: “a despeito do desenvolvimento de políticas universais, a discriminação racial atua como obstáculo para que os diferentes grupos acessem as mesmas oportunidades”. (p. 114).

Silvério (2005) defende que existem impedimentos estruturais para determinados grupos devido à discriminação racial e que a correção destes impedimentos requer: “o estabelecimento de medidas que eliminem as diferenças sociais, valorizando as étnico-raciais e culturais. Tais medidas devem ser entendidas como reparações da sociedade àqueles a quem ela impede vida digna: direito a saúde, educação, trabalho”. (p. 147).

Sant’Anna (2006) ressalta o efeito dos programas de ação afirmativa sobre os processos de concentração de renda. Valendo-se de um estudo realizado pelo Ministério da Fazenda em 2003 – que revela o gasto anual com um aluno do ensino público superior (em média nove mil reais) e mostra que esse aluno pertence, em geral, ao extrato dos 10% mais ricos da população – a autora defende que a inserção da população negra e indígena nas universidades públicas por meio dos programas de ação afirmativa representa, na prática: “a transferência de um valor substantivo de recursos para essas populações” (p. 17). Os programas colocam em xeque a manutenção de um privilégio, qual seja, o fato de toda a sociedade brasileira pagar os estudos de nível superior de indivíduos quase que exclusivamente do extrato mais rico da população – estimulando, assim, o debate sobre equidade no acesso aos serviços públicos.



Rosemberg (2006), por sua vez, chama atenção para os objetivos dos movimentos sociais, em especial dos movimentos negros, com a realização de programas de ação afirmativa: a construção de uma política de identidade capaz de modificar a forma como os negros são vistos na sociedade; a criação de mecanismos de alteração das condições socioeconômicas da população negra; a denúncia pública do racismo sofrido por essa população como estratégia de superação do mesmo; a formação e ampliação de quadros do movimento, ampliando as habilidades de interlocução e negociação nas instâncias de controle social e esferas da administração pública.

Os estudos de Mattos (2003), Gomes (2005), Brandão e Oliveira (2005), Santos (2005), Santos (2006) e Pedrosa e colaboradores (2007) descrevem a experiência de implantação dos programas de ação afirmativa em universidades públicas brasileiras e analisam seus primeiros resultados.

Mattos (2003) investiga um programa de ação afirmativa na Universidade do Estado da Bahia (Uneb). O programa começou em 2003 e tem como principal medida a reserva de vagas nos cursos de graduação e pós-graduação para estudantes negros da rede pública de ensino. O autor descreve as dificuldades administrativas e políticas para implantação do programa na Uneb, desde sua formulação até a aprovação pelo conselho universitário, chamando atenção para a necessidade de acompanhamento e de apoio aos estudantes beneficiados.

Gomes (2005) investiga um programa de ação afirmativa em andamento desde 2002 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O programa oferece cursos gratuitos nas modalidades de leitura e produção de textos acadêmicos, informática e elaboração de projetos de pesquisa. Cada curso tem em média 25 alunos de diferentes unidades de ensino e áreas do conhecimento. Existem algumas bolsas de estudos obtidas através de parcerias que são distribuídas aos alunos negros e de baixa renda. A autora destaca como principais resultados da experiência o ingresso de alunos em programas de pós-graduação e a aquisição de bolsas de estudo de órgãos internacionais e da UFMG pelos mesmos. De acordo com Gomes (2005) o programa tem fortalecido a identidade étnico-racial dos alunos: “transformando-a de maneira positiva, favorecendo o maior interesse pelos estudos, melhor desempenho nos cursos de graduação, domínio dos repertórios necessários à atividade de pesquisa, além da ampliação do conhecimento sobre a realidade do aluno negro que estuda na UFMG”. (p. 264). Por meio de atividades como cursos, pesquisas, seminários e palestras, o programa tem aprofundado o debate sobre relações étnico-raciais e ações afirmativas na universidade.



Brandão e Oliveira (2005) investigam um programa de ação afirmativa para permanência da população negra na Universidade Federal Fluminense (UFF) realizado entre 2002 e 2003 que oferecia bolsas de estudos para alunos negros de baixa renda e tinha como objetivos: “evitar a evasão, complementar a formação corrigindo desvantagens socioeducacionais e proporcionar formação política na luta anti-racista no Brasil”. (p. 289). O programa concedeu durante um ano bolsas de estudo para vinte alunos de cursos das áreas de humanas e saúde da UFF. As entrevistas realizadas pelos autores com oito desses alunos mostram que os bolsistas obtiveram ganhos materiais diretos como o acesso à aquisição de livros, cursos de inglês, participação em congressos, entre outros. Outro ganho apontado diz respeito ao fortalecimento da identidade étnico-racial: os alunos puderam aprofundar a reflexão sobre o significado de ser negro em uma sociedade racista. Os autores também destacam como resultados importantes do programa a realização do censo étnico-racial na UFF e a inclusão do quesito cor/raça no questionário socioeconômico que os candidatos ao vestibular preenchem na inscrição.

Santos (2005) investiga um programa de ação afirmativa em andamento desde 2002 na Universidade Federal de Goiás (UFG). O programa Passagem do Meio tem como foco a permanência dos alunos negros na universidade, evitando a evasão e inserindo-os em atividades de pesquisa e programas de pós-graduação. No ano de 2003 o programa concedeu bolsas de estudo para quinze alunos negros de baixa renda recém- aprovados em cursos da área de humanas e para dois alunos em fase de conclusão da graduação. Por meio dessa modalidade específica de bolsa, o programa apóia a preparação desses alunos para concorrer em condições de igualdade às bolsas oferecidas na UFG e às vagas dos programas de pós-graduação. Segundo Santos (2005), o programa: “gerou mudanças profundas na vida acadêmica e pessoal dos bolsistas”. (p. 273). No nível acadêmico, houve a qualificação intelectual dos alunos para seus cursos de origem e para o debate sobre relações étnico-raciais. Além disso, dentre os bolsistas, nove conseguiram obter no ano seguinte bolsas de estudo oferecidas pela UFG e um foi aprovado no programa de pós-graduação de Mestrado da Universidade de Brasília (UnB). No nível pessoal, houve elevação da autoestima e a construção de redes de sociabilidade com outros alunos negros, promovendo o fortalecimento da identidade étnico-racial. Outro resultado importante foi o fato do programa favorecer o corpo docente da UFG a se posicionar de forma mais qualificada quanto ao debate sobre ações afirmativas no ensino superior. De acordo com professores do programa entrevistados pelo autor, o Passagem do Meio possibilitou a integração de pessoas de diferentes unidades de ensino que tinham interesse comum em relação ao tema das relações étnico-raciais, mas não eram próximas. O programa



contribuiu para a formação de um grupo de professores que desde então tem publicado trabalhos, participado de congressos e elaborado projetos de pesquisa sobre o tema.

Santos (2006) investiga um programa de ação afirmativa em andamento desde 2003 na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). O programa Espaços Afirmados (Esaf) tem como foco a permanência de alunos negros que ingressam nas áreas de humanas, por meio da reserva de vagas na universidade e está estruturado em quatro linhas de ação: “fortalecimento acadêmico, fortalecimento instrumental, fortalecimento político e monitoria” (p. 37). O programa não trabalha com o fortalecimento econômico dos alunos, ou seja, não concede bolsas de estudo. Em 2003 as atividades do Esaf atingiram 156 alunos, que foram envolvidos em atividades como: cursos, palestras, oficinas de teatro e cinema, além de terem sido estimulados a produzir um site do programa. O autor destaca como um dos resultados mais importantes do Esaf o fato de aproximadamente 86% dos alunos atendidos em 2003 terem sido aprovados em todas as disciplinas e 36 alunos terem obtido bolsas de estudo em projetos de pesquisa e extensão. Também destaca o baixo índice de evasão dos alunos do Esaf e a criação de uma Comissão de Alunos Cotistas (CAT), formada por alunos do programa, que tem se empenhado no avanço do debate sobre relações étnico-raciais e ações afirmativas dentro da universidade. De acordo com o autor, o programa tornou-se uma referência para os alunos que ingressam por meio da reserva de vagas, contribuindo para a formação de laços e redes de solidariedade entre eles, fundamentais para sua permanência na UERJ.

Pedrosa e colaboradores (2007) investigam um programa de ação afirmativa em andamento desde 2005 na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (Paais) é destinado à inclusão de alunos de escola pública na Universidade. Ele estabelece que sejam adicionados, na segunda fase do vestibular, trinta pontos às notas finais dos candidatos que cursaram todo ensino médio em escolas da rede pública e mais dez pontos às notas finais daqueles que, entre esses candidatos, se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas. Utilizando dados do vestibular de 2005, os autores fazem uma análise do desempenho dos alunos do Paais. Dentre os resultados convém destacar o aumento do número de alunos provenientes de escola pública, de 29,6% para 34,1% do total de estudantes da universidade. Além disso, os alunos do Paais obtiveram notas melhores que seus colegas de graduação em 44 dos 55 cursos analisados. Em relação à população negra e indígena, os autores mostram que, antes do Programa, esses segmentos representavam 10,9% dos matriculados e, com o Paais, esse percentual subiu para 15,7%.



Esses estudos indicam que os programas de ação afirmativa no período inicial de sua implantação contribuíram: para o aumento do número de candidatos inscritos nos vestibulares pertencentes aos grupos alvo dos programas; para o aumento do número de matriculados desses grupos nos cursos de graduação; para a melhora no desempenho acadêmico e o fortalecimento da identidade étnico-racial dos alunos dos programas; e para a ampliação do interesse do corpo docente e discente das universidades pelo tema das relações étnico-raciais.

Grupos de pesquisa sobre população negra, discriminação racial e ações afirmativas

O Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq reúne informações sobre os grupos de pesquisa em atividade no Brasil. Essas informações estão disponíveis na base de dados correntes e nos censos do Diretório. A base de dados corrente é atualizada periodicamente e contém os grupos certificados pelas instituições participantes. Os censos, por sua vez, são produzidos bianualmente e permitem visualizar informações sobre todos os grupos já cadastrados no Diretório. A busca pode ser feita através do nome do grupo ou do título e palavras chaves da linha de pesquisa (CNPq, 2007).

Uma consulta ao Diretório dos Grupos de Pesquisa revelou que até dezembro de 2007, período de recorte do levantamento realizado, havia 20.460 grupos de pesquisa cadastrados. Utilizando as palavras-chave população negra, discriminação racial e ação afirmativa, foi possível identificar dentre os 20.460 grupos de pesquisa, 27 grupos na base corrente do Diretório e dois grupos no último censo (realizado em 2004), totalizando 29 grupos de pesquisa que se dedicam a estes temas. Convém destacar que esse número poderia ter variado um pouco conforme a disponibilidade das informações na base de dados corrente e as estratégias de busca. Também é preciso levar em conta a existência na época de grupos sobre os temas que não estavam cadastrados no Diretório caso, por exemplo, de alguns Neab's. Logo, esse número não deve ser tomado em consideração como definitivo, mas sim como uma representação do interesse das universidades e instituições de pesquisa sobre esses temas naquele período.

A *tabela I* mostra a distribuição dos 29 grupos identificados segundo a área de pesquisa e os temas de investigação.


Tabela I. Número de grupos segundo área de pesquisa e temas de investigação (2007)

Área de pesquisa	Número de grupos sobre população negra	Número de grupos sobre discriminação racial	Número de grupos sobre ação afirmativa	Total
Educação	1	2	5	8
Saúde coletiva	3	2	0	5
Sociologia	2	2	1	5
Antropologia	0	1	2	3
Direito	0	0	3	3
Serviço Social	1	0	1	2
Economia	0	0	1	1
Medicina	1	0	0	1
Ciência política	0	1	0	1
Total	8	8	13	29

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

É possível verificar uma participação maior da área de educação, com oito grupos de pesquisa, e das áreas de saúde coletiva e sociologia, com cinco grupos. As áreas de antropologia e direito também se destacam com três grupos de pesquisa cada. A ausência de grupos da área de psicologia foi uma surpresa, tendo em vista a sua importância para a compreensão das relações humanas e sociais e as possibilidades de contribuição para a análise psicossocial das relações étnico-raciais e do racismo.

O filtro de busca do Diretório denominado área do grupo (educação, sociologia, antropologia, direito, etc.) também foi aplicado, permitindo visualizar o número total de grupos de pesquisa de cada área identificada e assim calcular a porcentagem dos grupos em relação a esse total, como mostra a *tabela II*.

Tabela II. Porcentagem dos grupos em relação as áreas identificadas (2007)

Área de pesquisa	Número de grupos da área de pesquisa	Número de grupos sobre os temas de investigação	Porcentagem dos grupos sobre os temas de investigação em relação ao total de grupos da área de pesquisa
Educação	1208	8	0,6%
Direito	359	3	0,8%
Economia	214	1	0,4%
Medicina	105	1	0,9%
Saúde Coletiva	103	5	4,8%
Antropologia	89	3	3,3%
Serviço social	86	2	2,3%
Sociologia	71	5	7%
Ciência política	11	1	9%
Total	2460	29	

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

As áreas de pesquisa reúnem 2460 grupos, dos quais 29, isto é, 1,17% realizam estudos sobre população negra, discriminação racial e ações afirmativas.

No *quadro I* é possível ver os grupos que realizam estudos sobre população negra. São quatro grupos de ciências da saúde (três de saúde coletiva e um de medicina) e quatro de ciências humanas (dois de sociologia, um de serviço social e um de educação). Os determinantes da



produção da saúde e da doença na população negra têm sido o principal foco de investigação das linhas de pesquisa em ciências da saúde. E a implantação e avaliação de políticas públicas voltadas para inclusão social dessa população, o foco das linhas de pesquisa em ciências humanas. Os grupos estão sediados em universidades ou institutos de pesquisa de Salvador e da região Sudeste, destacando-se a Universidade Federal da Bahia (UFBA) com quatro grupos de pesquisa.

Quadro I. Grupos de Pesquisa sobre população negra (2007)

Nome do grupo	Linha de pesquisa	Área	Instituição	Ano de formação
Doenças crônicas não transmissíveis na população negra	Doenças crônicas não transmissíveis na população negra	Saúde coletiva	UFBA	2006
Doenças crônicas não transmissíveis	Doenças crônicas não transmissíveis na população negra	Saúde coletiva	UFBA	1993
Estudo sobre as vulnerabilidades de negros e não negros ao HIV/Aids	Avaliação das vulnerabilidades da população negra ao HIV/Aids	Saúde coletiva	Cebrap	2006
Indicadores de gênero	Indicadores de gênero e raça	Sociologia	Seade	2000
Programa A Cor da Bahia: Programa de Pesquisa e Formação sobre Relações Raciais, Cultura e Identidade Negra na Bahia	Cidadania, nacionalidade e populações negras	Sociologia	UFBA	1993
Política social e população negra ¹	Relações raciais e políticas de educação	Serviço social	UFF	2003
Grupo de Estudo em Genética Médica, Endocrinologia e Neurogenética	Estudo genético, epidemiológico e bioético das anomalias do desenvolvimento sexual na Bahia Imunogenética do diabetes Melito tipo 1	Medicina	UFBA	2002
Grupo de estudos e pesquisas das políticas públicas para a inclusão social	Políticas públicas para a inclusão social	Educação	USP	2005

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

O *quadro II* mostra os grupos de pesquisa sobre discriminação racial. São oito grupos, todos sediados em universidades públicas, sendo a maioria vinculada às ciências sociais. O foco das linhas de pesquisa tem sido a desigualdade étnico-racial persistente no Brasil e seus efeitos sobre a população negra. Busca-se descrever a produção e a reprodução da violência física, emocional, social e institucional do racismo, vivenciada por essa população, no que se refere à garantia dos seus direitos fundamentais e às mesmas oportunidades que outros grupos étnico-raciais.

Quadro II. Grupos de Pesquisa sobre discriminação racial (2007)

Nome do grupo	Linha de pesquisa	Área	Instituição	Ano de formação
Discriminação, preconceito, estigma: minorias étnicas e religiosas, cultura e educação	Cultura, organização e educação	Educação	USP	1990
Relações raciais, trabalho e educação	Trabalho, educação e relações étnico/raciais e interculturais	Educação	Unifap	2006
Economia da saúde	Estudos de desigualdade econômica e impacto na saúde	Saúde Coletiva	UFBA	2002
NESSA	Discriminação racial de saúde	Saúde	UERJ	2005

¹ Grupo identificado por meio da consulta ao censo de 2004 do Diretório.



		Coletiva		
NEDIGER	Trabalho e discriminação por inserção de gênero, etnia ou raça	Sociologia	UFF	2005
Programa de pesquisa, ensino e extensão em relações étnicas e raciais do Departamento de Sociologia da USP ²	Relações étnicas e raciais	Sociologia	USP	1996
Núcleo interdisciplinar de democracia e direitos humanos internacionais	Relações raciais e violência	Ciência Política	UFPE	2004
Núcleo Negro da Unesp para Pesquisa e Extensão (Nupe)	Desigualdade racial e políticas compensatórias	Antropologia	Unesp	2000

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

O quadro III mostra os grupos de pesquisa sobre ações afirmativas. Trata-se de grupos sediados em universidades ou institutos de pesquisa de Brasília e da região Sudeste, destacando-se a Universidade de Brasília (UnB), com três grupos de pesquisa sobre o tema. Existe maior concentração dos grupos na área de Educação (cinco grupos), na área de Direito (três grupos) e na área de Antropologia (dois grupos). A avaliação de políticas e programas de promoção da igualdade racial e a investigação da legislação brasileira que trata da discriminação e dos direitos de minorias tem sido o foco de investigação das linhas de pesquisa. Isso pode explicar o envolvimento mais recente da área de direito com essa temática.

Dentre os grupos identificados destaca-se o *Socialização e Relações de Gênero e Raça*, formado por pesquisadores do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas (FCC), responsáveis pela sessão brasileira do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford. O grupo investiga as metodologias utilizadas na seleção e acompanhamento dos beneficiados por esse programa que, ao lado do programa da Uneb, constituiu a segunda experiência no país de ação afirmativa voltado para a pós-graduação. O programa funcionou de 2002 até 2009 e concedia bolsas de mestrado e doutorado no Brasil e exterior por até três anos para estudantes negros e indígenas.

Quadro III. Grupos de Pesquisa sobre ações afirmativas (2007)

Nome do grupo	Linha de pesquisa	Área	Instituição	Ano de formação
Política e gestão educacional	Políticas públicas de inclusão: concretização de direitos	Educação	UENF	1994
Educação, preconceito racial e ação afirmativa	Políticas públicas de ação afirmativa na educação	Educação	UniRio	2006
Afro-brasileiros, relações raciais e educação	Educação, cidadania, políticas de ação afirmativa e cotas para afro-brasileiros no acesso ao ensino superior	Educação	UFRRJ	2006
Cotidiano, educação e cultura (s)	Multiculturalismo, direitos humanos e políticas públicas	Educação	PUC-Rio	1996
Educação e políticas públicas: gênero, raça/etnia e juventude	Educação, relações de gênero, étnico/raciais e políticas públicas	Educação	UNB	2005
Direito e ações afirmativas: direitos	Ações afirmativas no direito: direitos	Direito	UNB	2004

² Grupo identificado por meio da consulta ao censo de 2004 do Diretório.



humanos na diversidade	humanos e diversidade Políticas de ação afirmativa			
Grupo de estudos sobre direito, economia e filosofia	Políticas de ação afirmativa	Direito	PUC-Minas	2005
Lei e Sociedade	Multiculturalismo, desigualdade e ações afirmativas	Direito	Uniceub	2002
Laboratório de pesquisas em etnicidade, cultura e desenvolvimento	Antropologia das populações afro-brasileiras	Antropologia	UFRJ	2001
Os processos culturais das relações internacionais	Ações afirmativas no Instituto Rio Branco	Antropologia	Uniceub	2003
Ética, saúde e desigualdade social	Universidade, ação afirmativa e cotas	Serviço Social	UNB	2005
Socialização e relações de gênero e raça	Educação, gênero, raça/etnia	Sociologia	FCC	1991
Laboratório de economia social	Relações raciais	Economia	PUC-SP	1997

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

O número de grupos de pesquisa sobre população negra, discriminação racial e ações afirmativas revela o interesse da academia brasileira pelo tema das relações étnico-raciais e pelo debate nacional e internacional sobre os programas de ação afirmativa e as bases teóricas que os sustentam.

As universidades ainda permanecem espaços segregados do ponto de vista étnico-racial, dificultando que muitas questões cruciais da sociedade brasileira sejam discutidas com rigor e prioridade (CUNHA JÚNIOR, 2003; CARVALHO, 2003; ROSEMBERG, 2006). De acordo com Cunha Júnior (2003), no Brasil são titulados seis mil doutores por ano, mas apenas 1% deles são negros e menos de 1% das pesquisas realizadas focalizam assuntos de interesse da população negra. O *quadro IV*, elaborado com base nos dados do estudo de Carvalho (2003), mostra o número e a porcentagem de docentes negros até o ano de 2003 em sete das mais importantes universidades públicas brasileiras.

Quadro IV. Número e porcentagem de docentes negros em universidades públicas (2003)

Universidade	Número de docentes	Número de docentes negros	Porcentagem de docentes negros
USP	4705	20	0,4%
UFMG	2700	20	0,7%
UERJ	2300	5	0,2%
Unicamp	1761	5	0,2%
UnB	1500	15	1%
UFRGS	1300	3	0,2%
UFSCar	670	3	0,4%

Fonte: CARVALHO, José Jorge. Ações afirmativas para negros na pós-graduação, nas bolsas de pesquisa e nos concursos para professores universitários como resposta ao racismo acadêmico. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVÉRIO, Valter Roberto. (Orgs.). *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Inep, 2003.

Existe um padrão hegemônico racial notadamente branco nas universidades, que se perpetua segundo Carvalho (2003) nos processos de formação de pesquisadores e de contratação de docentes. De acordo com o autor a expansão constante do número de vagas para alunos e docentes ao longo das décadas não foi capaz de modificar esse padrão, e hoje a porcentagem de docentes brancos é mais alta do que a de alunos brancos nas universidades públicas brasileiras. Carvalho



(2003) defende a realização de programas de ação afirmativa nos concursos para docente e no âmbito da pesquisa e do ensino em pós-graduação como forma de mudar essa realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os programas de ação afirmativa representam uma forma rápida, justa e eficiente de promover a igualdade étnico-racial na educação e garantir a diversidade nas universidades e centros de pesquisa. Eles permitem o aumento do número de candidatos matriculados nos cursos de graduação pertencentes aos grupos alvo dos programas ao mesmo tempo em que contribuem para ampliação do interesse do corpo docente e discente das universidades pelo tema das relações étnico-raciais; favorecendo a criação de grupos de pesquisa e o engajamento de pesquisadores e um posicionamento mais qualificado da academia no que se refere ao debate sobre discriminação étnico-racial e ações afirmativas.

Os grupos de pesquisa constituem um segmento privilegiado de exercício de poder, na medida em que podem produzir conhecimentos capazes de transformar a realidade e subsidiar a formulação de políticas e a construção do futuro. A atuação dos grupos de pesquisa identificados neste estudo, embora pequena numericamente, mostrou-se decisiva para consolidação dos programas de ação afirmativa e políticas de promoção da igualdade no período 2002-2007, ao dedicar-se a produção de conhecimento sobre: os determinantes da produção da saúde e da doença na população negra; a violência do racismo vivenciada por essa população; a legislação brasileira que trata da discriminação e dos direitos de minorias; e o monitoramento e avaliação de políticas e programas de promoção da igualdade étnico-racial.

Conclui-se que os programas de ação afirmativa e os grupos de pesquisa estabelecem uma relação de cooperação e complementaridade que deve ser fortalecida. Os programas estimulam a formação de grupos de pesquisa que, por sua vez, geram conhecimentos sobre os próprios programas e sobre as relações étnico-raciais e as políticas de promoção da igualdade; enriquecendo a experiência acadêmica e científica e aprofundando o debate sobre as condições de educação oferecidas aos diferentes segmentos da população brasileira e o papel do ensino superior e da pesquisa no país.



REFERÊNCIAS

BRANDÃO, André; OLIVEIRA, Iolanda. Avaliação da política de ação afirmativa para permanência de alunos negros na UFF. In: SANTOS, Sales Augusto. (Org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Mec/Secad, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Focalização x universalização. *Correio Braziliense*, 25 de abril de 2003.

CARVALHO, José Jorge. Ações afirmativas para negros na pós-graduação, nas bolsas de pesquisa e nos concursos para professores universitários como resposta ao racismo acadêmico. In: SILVA, Petronilha Beatriz G.; SILVÉRIO, Valter R. (Orgs.). *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Inep, 2003.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPq. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/index.htm>. Acesso: 15 dez. 2007.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. A formação de pesquisadores negros: o simbólico e o material nas políticas de ações afirmativas. In: SILVA, Petronilha Beatriz G.; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Orgs.). *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Inep, 2003.

GOMES, Nilma Lino. A universidade pública como direito do (das) jovens negros (as) – a experiência do programa de ações afirmativas da UFMG. In: SANTOS, Sales A. (Org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Mec/Secad, 2005.

MATTOS, Wilson Roberto. Ação afirmativa na Universidade do Estado da Bahia: razões e desafios de uma experiência pioneira. In: SILVA, Petronilha Beatriz G.; SILVÉRIO, Valter R. (Orgs.). *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Inep, 2003.

MEC, Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso 10 abr. 2009.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial. *Educação e Sociedade*, v. 25, n. 88, p. 757-776, 2004.

PEDROSA, Renato Hyuda de Luna e colaboradores. Academic Performance, Students' Background and Affirmative Action at a Brazilian University. *Higher Education Management and Policy*, v. 19, n. 3, 2007, p. 58-77.

ROSEMBERG, Fúlvia. *Ação afirmativa no ensino superior brasileiro: pontos para reflexão*. Disponível em: <http://www.acoesafirmativas.ufscar.br/processo-de-construcao>. Acesso: 28 dez. 2010.

SANT'ANNA, Wania. O impacto político-econômico das ações afirmativa. In: GOMES, Nilma Lino. (Org.). *Tempos de luta: as ações afirmativas no contexto brasileiro*. Brasília: Mec/Secad, 2006.

SANTOS, Renato Emerson. Política de cotas raciais nas universidades brasileiras – o caso da UERJ. In: GOMES, Nilma Lino. (Org.). *Tempos de luta: as ações afirmativas no contexto brasileiro*. Brasília: Mec/Secad, 2006.

SANTOS, Sales Augusto. Projeto Passagem do Meio – uma política de ação afirmativa na Universidade Federal de Goiás (UFG) In: SANTOS, Sales Augusto. (Org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Mec/Secad, 2005.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ações afirmativas e diversidade étnica e racial. In: SANTOS, Sales Augusto. (Org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Mec/Secad, 2005.

THEODORO, Mário e JACCOUD, Luciana. Raça e educação: os limites das políticas universalistas. In: SANTOS, Sales Augusto. (Org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Mec/Secad, 2005.



OVERVIEW OF AFFIRMATIVE ACTION PROGRAMS FOR INSERTION OF THE BLACK POPULATION IN THE BRAZILIAN SUPERIOR PUBLIC SCHOOL (2002-2007): STUDIES AND RESEARCH GROUPS

ABSTRACT

This article presents studies and research groups on Affirmative Action Programs – PAAs in public higher education in Brazil. Studies show that in the initial period of its implementation, 2002 to 2007, AAPs contributed: to increase the number of candidates in the vestibular belonging to target groups of programs, to increase the number of these groups enrolled in undergraduate courses; to improve academic performance and strengthening of ethno-racial student's programs, and to expand the interest of faculty and students from universities in the topic of ethno-racial. The evaluation of policies and programs to promote racial equality and research in Brazilian legislation concerning discrimination and the rights of minorities were, in turn, the research focus of the research groups in that period. We conclude that the PAAs and research groups establish a relationship of cooperation and complementarity. The programs stimulate the formation of research groups which, in turn, generate knowledge about their own programs and on the ethno-racial and political equality.

Keywords: Black Population. Racial Discrimination. Affirmative Action. Higher Education.